

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	7
APRESENTAÇÃO .....	15
AGRADECIMENTOS .....	19
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	25
1. PRÓLOGO .....	33
2. O CONFLITO: A CONSTITUIÇÃO SE REVELA AO CÓDIGO PENAL .....	41
2.1. Um roteiro que não se pode desprezar: a Constituição .....	47
2.2. A arte e o obsceno, na normatividade constitucional e penal brasileira.....	48
2.2.1. Império absoluto da arte? .....	50
2.2.2. Hegemonia autossuficiente do artigo 234 do Código Penal Brasileiro? .....	51
2.2.2.1. Primeiro ponto problemático: valorização da moral sexual como objeto de tutela jurídico-penal .....	52

2.2.2.2. Segundo ponto problemático: ênfase em elementos indutores de instabilidade exegética	53
2.2.2.2.1. Sobre a definição de arte .....	53
2.2.2.2.2. Sobre a definição do obsceno .....	56
2.2.2.3. Terceiro ponto problemático: o perigo de sobreposição do Código Penal Brasileiro em detrimento da Constituição da República Federativa do Brasil .....	57
2.2.2.4. Quarto ponto problemático: risco de afronta a direitos e liberdades fundamentais .....	61
2.3. Modelo teleologicamente orientado à realização axiológica dos valores, direitos e liberdades fundamentais .....	62
2.4. A importância da revisão crítica ora proposta.....	67
 3. O CLÍMAX: EXEGESE TRADICIONAL <i>VERSUS</i> RESIGNIFICAÇÃO HERMENÊUTICA DO VIGENTE ARTIGO 234 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO EM FACE DA ATUAL CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL .....	 71
3.1. Tipo objetivo .....	73
3.1.1. Objetividade jurídica .....	73
3.1.1.1. Rejeição da moral sexual, do pudor coletivo e dos bons costumes como objetos de proteção jurídico-penal .....	77
3.1.1.2. Fundamentos dogmáticos da revisão ora proposta .....	80
3.1.1.3. Revisão do bem jurídico tutelado e a dúplice proteção penal efetivada .....	88
3.1.1.4. “Aparência” coletiva do bem jurídico tutelado .....	92

3.1.2. Condutas proibidas .....	94
3.1.2.1. Significado dos núcleos previstos na tipificação .....	96
3.1.2.2. Limites das proibições .....	103
3.1.2.3. Síntese do tópico .....	106
3.1.3. Sujeito ativo .....	107
3.1.4. Sujeito passivo .....	109
3.1.4.1. O titular do bem jurídico como sujeito consenciente .....	111
3.1.4.1.1. Do consentimento jurídico-penal: noção, terminologia e relevância .....	112
3.1.4.1.2. Pressupostos de validade .....	114
3.1.4.2. O consentimento do sujeito passivo em face do escrito e objeto obsceno .....	119
3.1.4.2.1. O acesso à prévia informação alusiva às cenas de sexo e de nudez, nas publicações, como condição ao exercício do consentimento .....	120
3.1.4.2.2. O consentimento exercido pelo conhecimento da publicação, segundo os diferentes titulares do bem jurídico protegido .....	125
3.1.4.2.2.1. Consenciente adulto e capaz .....	125
3.1.4.2.2.2. Menoridade e vulnerabilidade do sujeito passivo .....	131
3.1.4.2.2.2.1. Vulneráveis .....	131
3.1.4.2.2.2.2. Menores de 18 e maiores de 14 anos .....	135
3.1.4.3. Síntese do tópico.....	139
3.1.5. Elemento material .....	143

3.1.5.1. O erótico, o obsceno e o pornográfico: generalização e (in)definições .....	145
3.1.5.2. O erótico .....	150
3.1.5.3. O obsceno .....	153
3.1.5.3.1. Teste de Miller .....	154
3.1.5.3.2. “Texto” e “contexto” da obscenidade ..	158
3.1.5.4. O pornográfico .....	163
3.1.5.4.1. Pornografia infantojuvenil (ou pedopornografia) .....	166
3.1.5.4.2. Pornografia entre adultos imputáveis ..	169
3.1.5.5. Síntese do tópico .....	169
3.1.6. Figuras típicas equiparadas .....	171
3.2. Tipo subjetivo .....	182
3.3. Consumação e tentativa .....	197
3.4. Sanção penal .....	201
3.5. Aspectos processuais penais .....	202
3.6. Considerações de fecho .....	204
<b>4. O DESENLACE: O CÓDIGO PENAL VERGA-SE À CONSTITUIÇÃO .....</b>	<b>211</b>
4.1. O crime de escrito ou objeto obsceno à luz dos princípios constitucionais influentes à matéria penal ....	212
4.1.1. A dignidade da pessoa humana e o crime de escrito ou objeto obsceno .....	212
4.1.2. A liberdade de expressão e o crime de escrito ou objeto obsceno .....	215
4.1.3. O acesso à cultura e o crime de escrito ou objeto obsceno .....	219
4.2. O crime de escrito ou objeto obsceno à luz dos princípios penais .....	220

4.2.1. O crime ora analisado sob a compreensão da taxatividade penal .....	220
4.2.2. O mesmo crime em cotejo com a exclusiva proteção de bens jurídicos.....	222
4.2.3. Ainda o mesmo crime na dimensão da lesividade jurídico-penal .....	223
4.2.4. Ainda o mesmo crime do ponto de vista da proporcionalidade .....	227
4.2.5. Ainda o mesmo crime na realidade circundante e a adequação social .....	230
4.2.6. Ainda o mesmo crime como alvo da intervenção penal mínima .....	232
4.3. Constitucionalidade do artigo 234 do Código Penal Brasileiro: balanço.....	239
5. EPÍLOGO .....	241
5.1. Invenções ultrapotentes .....	245
5.2. Pena e prevenção .....	251
5.3. O tipo legal em questão, <i>de lege ferenda</i> .....	253
5.4. Conclusões .....	259
REFERÊNCIAS .....	265